

**Relatório do
GABINETE DO MINISTRO
ALEXANDRE DE MORAES**

8 de Janeiro



RELATÓRIO
Principais atividades
Relacionadas ao 08 de janeiro

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Janeiro/2023

Em 8/1/2023, a escalada violenta dos atos criminosos resultou na invasão dos prédios do PALÁCIO DO PLANALTO, do CONGRESSO NACIONAL do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, com depredação do patrimônio público, conforme amplamente noticiado pela imprensa nacional.

Diante desses fatos, acolhendo pedido da Polícia Federal, foram decretadas as seguintes medidas:

- Prisão preventiva e busca e apreensão de Anderson Gustavo Torres, então Secretário de Segurança Pública do DF e de Fábio Augusto Vieira, Comandante da Polícia Militar.

Na mesma data, acolhendo pedido da Advocacia-Geral da União, foi determinada:

1) A SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO PÚBLICA (art. 319, VI, do Código de Processo Penal) AFASTANDO IBANEIS ROCHA DO CARGO DE GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL pelo prazo inicial de 90 (noventa) dias;

2) A DESOCUPAÇÃO E DISSOLUÇÃO TOTAL, em 24 (vinte e quatro) horas, dos acampamentos realizados nas imediações dos Quartéis Gerais e outras unidades militares para a prática de atos antidemocráticos e prisão em flagrante de seus participantes pela prática dos crimes previstos nos artigos 2ª, 3º, 5º e 6º (atos terroristas, inclusive preparatórios) da Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016 e nos artigos 288 (associação criminosa), 359-L (abolição violenta do Estado Democrático de Direito) e 359-M (golpe de Estado), 147 (ameaça), 147-A, § 1º, III (perseguição), 286 (incitação ao crime).



Janeiro/2023

3) A DESOCUPAÇÃO, em 24 (vinte e quatro) horas, de todas as vias públicas e prédios públicos estaduais e federais em todo o território nacional. Nos Estados e DF, as operações deverão ser realizadas pelas Polícias Militares, com apoio da Força Nacional, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal se necessário, devendo o Governador do Estado e DF ser intimado para efetivar a decisão, sob pena de responsabilidade pessoal;

4) A APREENSÃO E BLOQUEIO de todos os ônibus identificados pela Polícia Federal, que trouxeram os terroristas para o Distrito Federal. Os proprietários deverão ser identificados e ouvidos em 48 (quarenta e oito) horas, apresentando a relação e identificação de todos os passageiros, dos contratantes do transporte, inclusive apresentando contratos escritos caso existam, meios de pagamento e quaisquer outras informações pertinentes.

5) A PROIBIÇÃO IMEDIATA, até o dia 31 de janeiro, de ingresso de quaisquer ônibus e caminhões com manifestantes no Distrito Federal. A PRF e a Polícia Federal deverão providenciar o bloqueio, a imediata apreensão do ônibus e a oitiva de todos os passageiros, com base no artigo 5º da Lei antiterrorismo, que pune os atos preparatórios;

6) À AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT) para que mantenha e envie aos autos o registro de todos os veículos, inclusive telemáticos, de veículos que ingressaram no Distrito Federal entre os dias 5 e 8 de janeiro de 2023;

7) À POLÍCIA FEDERAL que obtenha (a) todas as imagens das câmeras do Distrito Federal que possam auxiliar no reconhecimento facial dos terroristas que praticaram os atos do dia 8 de janeiro, (b) junto a todos os hotéis e hospedarias do Distrito Federal, a lista e identificação de hóspedes que chegaram ao Distrito Federal a partir da última quinta-feira, bem como a filmagem do saguão (lobby) para a devida identificação de eventuais participantes dos atos terroristas;

8) AO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, que utilize a consulta e acesso aos dados de identificação civil mantidos naquela CORTE, bem como de outros dados biográficos necessários à identificação e localização de pessoas envolvidas nos atos terroristas do dia 8 de janeiro.

9) A EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO às empresas Facebook, Tik Tok e Twitter, para que, no prazo de 2 (duas) horas, procedam ao bloqueio dos canais/perfis/contas apontadas pela PF que continuam a estimular a prática de atos violentos e antidemocráticos.

Janeiro/2023

A Procuradoria-Geral da República, objetivando a completa apuração das condutas omissivas e comissivas praticadas no dia 08/01, na Praça dos Três Poderes, especificamente nas sedes do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, do CONGRESSO NACIONAL e do PALÁCIO DO PLANALTO, requereu a abertura de 4 inquéritos:

INQ 4920: para investigação dos **FINANCIADORES** e **PARTÍCIPIES POR AUXÍLIO MATERIAL** dos crimes de terrorismo (artigos 2º, 3º, 5º e 6º) previstos na Lei n. 13.206/2016, associação criminosa (artigo 288), abolição violenta do Estado Democrático de Direito (artigo 359-L), golpe de Estado (artigo 359-M), ameaça (artigo 147), perseguição (artigo 147-A, § 1º, III) e incitação ao crime (artigo 286), estes últimos previstos no Código Penal, no contexto dos atos praticados em 8 de janeiro de 2023.

INQ 4921: para investigação dos **AUTORES INTELLECTUAIS** e **PARTÍCIPIES POR INSTIGAÇÃO** dos crimes de terrorismo (artigos 2º, 3º, 5º e 6º) previstos na Lei n. 13.206/2016, associação criminosa (artigo 288), a bolição violenta do Estado Democrático de Direito (artigo 359-L), golpe de Estado (artigo 359-M), ameaça (artigo 147), perseguição (artigo 147-A, § 1º, III) e incitação ao crime (artigo 286), estes últimos previstos no Código Penal, no contexto dos atos praticados em 8 de janeiro de 2023.

Janeiro/2023

INQ 4922: para investigação dos **EXECUTORES MATERIAIS** dos crimes de **terrorismo** (artigos 2º, 3º, 5º e 6º) previstos na Lei n. 13.206/2016, **associação criminosa** (artigo 288), a **bolição violenta do Estado Democrático de Direito** (artigo 359-L), **golpe de Estado** (artigo 359-M), **ameaça** (artigo 147), **perseguição** (artigo 147-A, § 1º, III) e **incitação ao crime** (artigo 286), estes últimos previstos no Código Penal, no contexto dos atos praticados em 8 de janeiro de 2023.

INQ 4923: para investigação das **AUTORIDADES DO ESTADO RESPONSÁVEIS POR OMISSÃO IMPRÓPRIA**, que, na forma do art. 29, *caput*, do Código Penal, tenham concorrido para o cometimento dos delitos ocorridos na Praça dos Três Poderes, em Brasília/DF, no dia 8/1/2023, inclusive incitando-os ou estimulando-os em redes sociais.



Ministros do STF avaliam estragos após vandalismo no STF em 09/01/2023

Janeiro/2023

08

243 pessoas foram presas em flagrante dentro dos prédios públicos e na Praça dos Três Poderes

09

1929 pessoas foram conduzidas à Academia Nacional de Polícia.

1154 permaneceram presas em flagrante e **775** foram liberadas em virtude da idade ou por apresentarem comorbidades

11 a 17

Foram realizadas **1397** audiências de custódia com o apoio de

29 Juízes do TJDF e
43 Juízes do TRF1

As audiências de custódia aconteceram em mais de 20 salas virtuais no complexo Penitenciário da Papuda e em mais de 12 salas no complexo penitenciário feminino (Colméia), em 3 turnos.

Janeiro/2023

17 a 20

Foram examinados no gabinete **1397** flagrantes

459 presos receberam liberdade provisória mediante a aplicação das seguintes medidas cautelares: proibição de ausentar-se da Comarca, recolhimento domiciliar noturno, apresentação semanal ao Juízo, proibição de ausentar-se do país, cancelamento dos passaportes, suspensão do porte de arma de fogo, proibição de utilização das redes sociais, proibição de comunicação com os demais investigados e uso de tornozeleira.

938 flagrantes foram convertidos em prisão preventiva

Foram proferidas **1442** decisões monocráticas nas classes PET e INQ, relacionadas aos fatos ocorridos no dia 08/01/2023.



Reunião dos Ministros com a Presidência para elaboração de plano de reconstrução do plenário do Supremo em 12/01/2023

Fevereiro/2023

01 - 28

250 decisões proferidas

173 Concessões de Liberdade Provisória mediante a imposição de medidas cautelares

4 novas prisões preventivas decretadas

3 prisões temporárias pelo período de 5 dias

10 medidas de busca e apreensão autorizadas

58 medidas de quebras de sigilo bancário e fiscal decretadas



Abraço coletivo no Prédio Sede do Tribunal, no dia 01/02/2023

Março/2023

01 - 31

813 decisões proferidas no mês

28 novas prisões preventivas foram decretadas

41 medidas de busca e apreensão autorizadas

9 medidas de quebras de sigilo bancário e fiscal ou telemático decretadas

507 Concessões de Liberdade Provisória mediante a imposição de medidas cautelares

252 prisões preventivas foram renovadas



Em 31/03/2023 foi mantida a prisão preventiva de Marcelo Fernandes Lima, denunciado, entre outros delitos, pela prática das condutas previstas nos artigos 359-L (abolição violenta do Estado Democrático de Direito), 359-M (golpe de Estado) do Código Penal e também por furto qualificado do exemplar da Constituição Federal

Abril/2023

01 - 30

108 decisões proferidas no mês

6 novas prisões preventivas foram decretadas

10 medidas de busca e apreensão autorizadas

5 medidas de quebras de sigilo bancário e fiscal ou telemático decretadas

11 prisões preventivas foram renovadas

13 liberdades provisórias mediante a imposição de medidas cautelares foram concedidas



Visita realizada ao Complexo Penitenciário da Papuda, em 10/04/2023. A então Presidente Rosa Weber e o Ministro Alexandre de Moraes, relator dos casos de 08 de janeiro, foram acompanhados pela Dra. Leila Cury, Juíza da VEP/DF

Abril/2023

18 - 24 - 1ª Sessão virtual extraordinária para julgamento das denúncias oferecidas pela Procuradoria-Geral da República

100 Denúncias foram julgadas e recebidas em sessão virtual extraordinária sendo:

50 Denúncias relacionadas ao inquérito 4921. Os réus foram denunciados pela prática das condutas descritas nos arts. 286, parágrafo único (incitação ao crime), e 288, caput (associação criminosa), c/c. art. 69, caput (concurso material), todos do Código Penal.

50 Denúncias relacionadas ao inquérito 4922. Os réus foram denunciados pela prática das condutas descritas nos arts. 288, parágrafo único (associação criminosa armada), 359-L (abolição violenta do Estado Democrático de Direito), 359-M (golpe de Estado), 163, parágrafo único, I, II, III e IV (dano qualificado pela violência e grave ameaça, com emprego de substância inflamável, contra o patrimônio da União e com considerável prejuízo para a vítima), todos do Código Penal, e art. 62, I, da Lei 9.605/1998 (deterioração de patrimônio tombado), observadas as regras do art. 29, caput (concurso de pessoas) e art. 69, caput (concurso material), ambos do Código Penal.

Maio/2023

01 - 31

1162 decisões proferidas no mês

3 novas prisões preventivas foram decretadas

25 medidas de busca e apreensão autorizadas

25 determinações de bloqueio de bens

91 medidas de quebras de sigilo bancário e fiscal ou telemático decretadas

16 prisões preventivas foram renovadas

49 liberdades provisórias mediante a imposição de medidas cautelares foram concedidas

Maio/2023

5 sessões virtuais extraordinárias realizadas em

25/04 - 02/05, 03/05 - 08/05,
09/05 - 15/05, 16/05 - 22/05 e 23/05 - 29/05:

1081 Denúncias foram julgadas e recebidas nas sessões virtuais extraordinárias, sendo:

906 Denúncias relacionadas ao inquérito 4921

175 Denúncias relacionadas ao inquérito 4922

Junho/2023

01 - 30

354 decisões proferidas no mês

1 medida de busca e apreensão autorizada

9 medidas de quebras de sigilo bancário e fiscal ou telemático decretadas

229 prisões preventivas foram renovadas

3 liberdades provisórias mediante a imposição de medidas cautelares foram concedidas



Em junho foi renovada a prisão preventiva de Debora Rodrigues, presa em março, por ter pichado a Estátua da Justiça com os dizeres “perdeu mané”. Consta da representação policial que ela teria praticado as condutas descritas nos arts. 288, parágrafo único (associação criminosa armada), 359-L (abolição violenta do Estado Democrático de Direito), 359-M (golpe de Estado), 163, parágrafo único, I, II, III e IV (dano qualificado pela violência e grave ameaça, com emprego de substância inflamável, contra o patrimônio da União e com considerável prejuízo para a vítima), todos do Código Penal, além do art. 62, I, da Lei 9.605/1998 (deterioração de patrimônio tombado).

Junho/2023

02 - 09- 7ª Sessão virtual extraordinária para julgamento das denúncias

23 - 26- 8ª Sessão virtual extraordinária para julgamento das denúncias

117 Denúncias foram julgadas e recebidas em sessão virtual extraordinária sendo:

102 Denúncias relacionadas ao inquérito 4921

15 Denúncias relacionadas ao inquérito 4922

Julho/2023

01 - 31

234 decisões proferidas no mês

14 medidas de busca e apreensão autorizadas

50 medidas de quebras de sigilo bancário e fiscal ou telemático decretadas

2 novas prisões preventivas decretadas

16 prisões preventivas foram renovadas

5 liberdades provisórias mediante a imposição de medidas cautelares foram concedidas

Julho/2023

01 - 31 - realização das audiências de instrução relacionadas aos crimes denunciados no inquérito 4922.

4 juízes auxiliares

Larissa Almeida Nascimento, Leonardo Araújo de M. Fernandes, Marco Antonio Martin Vargas, Rodrigo Pessoa Pereira da Silva

3 salas de audiência funcionando concomitantemente, nos períodos da manhã e tarde

Instalações no STF e no TJDF

18 servidores por período

232 interrogatórios

719 oitivas de testemunhas de acusação

386 oitivas de testemunhas de defesa



Audiência de instrução sendo realizada na sala de audiências do Supremo Tribunal Federal, sob a condução da Juíza Auxiliar Larissa Almeida Nascimento, com apoio dos servidores da Secretaria Judiciária.

Agosto/2023

01 - 31

1323 decisões proferidas no mês

95 medidas de busca e apreensão autorizadas

47 medidas de quebras de sigilo bancário e fiscal ou telemático decretadas

20 novas prisões preventivas decretadas

3 prisões preventivas foram renovadas

167 liberdades provisórias mediante a imposição de medidas cautelares foram concedidas

Em 22 de agosto, atendendo a pedido do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, foi reconhecida a possibilidade excepcional de nova análise pela Procuradoria-Geral da República, para oferecimento de acordo de não persecução penal para as ações penais derivadas do Inquérito 4921 (que investiga a prática das condutas descritas nos arts. 286, parágrafo único e 288, caput). Diante desse fato, as ações penais foram sobrestadas por 120 (cento e vinte) dias para as realizações das medidas necessárias para o acordo.

Agosto/2023

14 - 18- 9ª Sessão virtual extraordinária para julgamento das denúncias

68 Denúncias foram julgadas e recebidas em sessão virtual extraordinária sendo:

63 Denúncias relacionadas ao inquérito 4921

5 Denúncias relacionadas ao inquérito 4922

Agosto/2023

Em 17/08/23, foi acolhido pedido da Procuradoria-Geral da República e determinada entre outras medidas, a prisão preventiva, busca e apreensão e suspensão do exercício da função pública da Cúpula da Polícia Militar do Distrito Federal.

A Procuradoria-Geral da República, ofereceu denúncia em face de FÁBIO AUGUSTO VIEIRA (Coronel da PMDF), KLEPTER ROSA GONÇALVES (Coronel da PMDF), JORGE EDUARDO BARRETO NAIME (Coronel da PMDF), PAULO JOSÉ FERREIRA DE SOUSA BEZERRA (Coronel da PMDF), MARCELO CASIMIRO VASCONCELOS RODRIGUES (Coronel da PMDF), FLAVIO SILVESTRE DE ALENCAR (Major da PMDF) e RAFAEL PEREIRA MARTINS (Tenente da PMDF) imputando-lhe a prática dos seguintes delitos:

artigo 359-L (abolição violenta do Estado Democrático de Direito) do Código Penal;

artigo 359-M (golpe de Estado) do Código Penal;

artigo 163, parágrafo único, I, II, III e IV (dano qualificado pela violência e grave ameaça, com emprego de substância inflamável, contra o patrimônio da União e com considerável prejuízo para a vítima), do Código Penal;

artigo 62, I, da Lei nº 9.605/1998 (deterioração de patrimônio tombado), todos combinados com o art. 13, § 2º, a, b e c, do Código Penal;

por violação dos deveres a eles impostos pelo a eles impostos pelo art. 144, §5º, da Constituição Federal, pela Lei n.º 6.450/77 (Lei Orgânica da PMDF), pela Portaria PMDF n.º 1.152/2021 (Regimento Interno Geral da PMDF) e pelo Decreto n. 10.443/2020;

por violação de dever contratual de garante e por ingerência da norma; observadas as regras do artigo 29, caput (concurso de pessoas) e do artigo 69, ambos do Decreto-Lei n. 2.848/40.

Setembro/2023

01 - 30

42 decisões proferidas no mês

3 medidas de busca e apreensão autorizadas

4 medidas de quebras de sigilo bancário e fiscal ou telemático decretadas

4 novas prisões preventivas decretadas

6 prisões preventivas foram renovadas

9 liberdades provisórias mediante a imposição de medidas cautelares foram concedidas

Setembro/2023

13 - 14 - Julgamento das primeiras Ações Penais

AP 1060 - CONDENAÇÃO do réu AÉCIO LUCIO COSTA PEREIRA pela prática do crime previsto no art. 359-L, do Código Penal (abolição violenta do Estado Democrático de Direito), à pena de 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses de reclusão; pela prática do crime previsto no art. 359-M, do Código Penal (golpe de estado), à pena 6 (seis) anos e 6 (seis) meses de reclusão; pela prática do crime previsto no art. 163, parágrafo único, incisos I, II, III e IV do Código Penal (dano qualificado), à pena de 1 (um) ano e 6 (seis) meses de detenção e 50 (cinquenta) dias-multa; pela prática do crime previsto no art. 62, I, da Lei 9.605/1998 (deterioração do patrimônio tombado), à pena de 1 (um) ano e 6 (seis) meses de reclusão, e 50 (cinquenta) dias-multa; e pela prática do crime previsto no art. 288, Parágrafo Único, do Código Penal (associação criminosa armada), à pena de 2 (dois) anos de reclusão. Pena total fixada em relação ao réu AECIO LUCIO COSTA PEREIRA em 17 (dezesete) anos, sendo 15 (quinze) anos e 6 (seis) meses de reclusão e 1 (um) ano e 6 (seis) meses de detenção, e 100 (cem) dias-multa, cada dia multa no valor de 1/3 (um terço) do salário mínimo, em regime inicial fechado para o início do cumprimento da pena.



Julgamento da Ação Penal 1060

Setembro/2023

13 - 14 - Julgamento das primeiras Ações Penais

AP 1183 - CONDENAÇÃO do réu MATHEUS LIMA DE CARVALHO LÁZARO pela prática do crime previsto no art. 359-L, do Código Penal (abolição violenta do Estado Democrático de Direito), à pena de 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses de reclusão; pela prática do crime previsto no art. 359-M, do Código Penal (golpe de estado), à pena 6 (seis) anos e 6 (seis) meses de reclusão; pela prática do crime previsto no art. 163, parágrafo único, incisos I, II, III e IV do Código Penal (dano qualificado), à pena de 1 (um) ano e 6 (seis) meses de detenção e 50 (cinquenta) dias-multa; pela prática do crime previsto no art. 62, I, da Lei 9.605/1998 (deterioração do patrimônio tombado), à pena de 1 (um) ano e 6 (seis) meses de reclusão, e 50 (cinquenta) dias-multa; e pela prática do crime previsto no art. 288, Parágrafo Único, do Código Penal (associação criminosa armada), à pena de 2 (dois) anos de reclusão. Pena total fixada em relação ao réu MATHEUS LIMA DE CARVALHO LÁZARO em 17 (dezesete) anos, sendo 15 (quinze) anos e 6 (seis) meses de reclusão e 1 (um) ano e 6 (seis) meses de detenção, e 100 (cem) dias-multa, cada dia multa no valor de 1/3 (um terço) do salário mínimo, em regime inicial fechado para o início do cumprimento da pena.

AP 1502 - CONDENAÇÃO do réu THIAGO DE ASSIS MATHAR pela prática do crime previsto no art. 359-L, do Código Penal (abolição violenta do Estado Democrático de Direito), à pena de 4 (quatro) anos e 6 (seis) meses de reclusão; pela prática do crime previsto no art. 359-M, do Código Penal (golpe de estado), à pena de 5 (cinco) anos de reclusão; pela prática do crime previsto no art. 163, parágrafo único, incisos I, II, III e IV do Código Penal (dano qualificado), à pena de 1 (um) ano e 6 (seis) meses de detenção e 50 (cinquenta) dias-multa; pela prática do crime previsto no art. 62, I, da Lei 9.605/1998 (deterioração do patrimônio tombado), à pena de 1 (um) ano e 6 (seis) meses de reclusão, e 50 (cinquenta) dias-multa; e pela prática do crime previsto no art. 288, Parágrafo Único, do Código Penal (associação criminosa armada), à pena de 1 (um) ano e 6 (seis) meses de reclusão.

9. Pena total fixada em relação ao réu THIAGO DE ASSIS MATHAR em 14 (quatorze) anos, sendo 12 (doze) anos e 6 (seis) meses de reclusão e 1 (um) ano e 6 (seis) meses de detenção e 100 (cem) dias-multa, cada dia multa no valor de 1/3 (um terço) do salário mínimo, em regime inicial fechado para o início do cumprimento da pena.

Outubro/2023

01 - 31

147 decisões proferidas no mês

21 medidas de busca e apreensão autorizadas

56 medidas de quebras de sigilo bancário e fiscal ou telemático decretadas

5 novas prisões preventivas decretadas

25 prisões preventivas foram renovadas

8 liberdades provisórias mediante a imposição de medidas cautelares foram concedidas

Outubro/2023

Sessão Virtual de 26 a 02 de outubro

Foram julgadas as ações penais 1109 (JOÃO LUCAS VALE GIFFONI), 1413 (DAVIS BAEK) e 1505 (MOACIR JOSÉ DOS SANTOS).

Sessão Virtual de 06 a 16 de outubro

Foram julgadas as ações penais 1116 (REGINALDO CARLOS BEGIATO GARCIA), 1171 (JORGE FERREIRA), 1192 (CLAUDIO AUGUSTO FELIPPE), 1263 (JAQUELINE FREITAS GIMENEZ), 1498 (MARCELO LOPES DO CARMO) e 1416 (EDINÉIA PAES DA SILVA DOS SANTOS).

Sessão Virtual de 13 a 20 de outubro

Foram julgadas as ações penais 1073 (FERNANDO KEVIN DA SILVA DE OLIVEIRA MARINHO), 1083(FERNANDO PLACIDO FEITOSA), 1147 (ORLANDO RIBEIRO JUNIOR), 1162 (RAQUEL DE SOUZA LOPES), 1124 (GILBERTO ACKERMANN), 1082 (FELIPE FERES NASSAU), 1067 (CIBELE DA PIEDADE RIBEIRO DA COSTA MATEOS) e 1064 (CHARLES RODRIGUES DOS SANTOS).

Novembro/2023

01 - 30

79 decisões proferidas no mês

7 medidas de busca e apreensão autorizadas

21 medidas de quebras de sigilo bancário e fiscal ou telemático decretadas

5 novas prisões preventivas decretadas

32 prisões preventivas foram renovadas

16 liberdades provisórias mediante a imposição de medidas cautelares foram concedidas

Novembro/2023

Sessão Virtual de 27 a 07 de novembro

Foram julgadas as ações penais 1075 (FABRICIO DE MOURA GOMES), 1430 (JORGINHO CARDOSO DE AZEVEDO), 1426 (OSMAR HILEBRAND), 1186 (MOISES DOS ANJOS) e 1134 (ROSANA MACIEL GOMES).

Sessão Virtual de 17 a 24 de novembro

Foram julgadas as ações penais 1091 (EDUARDO ZEFERINO ENGLERT), 1172 (ROSELY PEREIRA MONTEIRO), 1065 (ANA PAULA NEUBANER RODRIGUES), 1069 (ANGELO SOTERO DE LIMA) e 1090 (ALETHEA VERUSCA SOARES).

Dezembro/2023

01 - 31

250 decisões proferidas no mês

28 medidas de busca e apreensão autorizadas

38 Acordos de Não Persecução Penal homologados

4 novas prisões preventivas decretadas

70 prisões preventivas foram renovadas

60 liberdades provisórias mediante a imposição de medidas cautelares foram concedidas

Dezembro/2023

Sessão Virtual de 15 a 05 de fevereiro

Estão em julgamento as ações penais 1066 (ERIC PRATES KOBAYASHI), 1068 (CARLOS EDUARDO BON CAETANO DA SILVA), 1084 (FRANCISCA HILDETE FERREIRA), 1086 (EDILSON PEREIRA DA SILVA), 1112 (JOANITA DE ALMEIDA), 1115 (MATHEUS FERNANDES BOMFIM), 1119 (MATHEUS DIAS BRASIL), 1120 (NELSON FERREIRA DA COSTA), 1131 (JOSINO ALVES DE CASTRO), 1133 (SÉRGIO AMARAL RESENDE), 1138 (MARIA CRISTINA ARELLARO), 1139 (SIPRIANO ALVES DE OLIVEIRA), 1143 (YGOR SOARES DA ROCHA), 1148 (PAULO CESAR RODRIGUES DE MELO), 1151 (JOSILAINE CRISTINA SANTANA), 1158 (JAQUELINE KONRAD), 1168 (IVANES LAMPERTI), 1182 (JOSIEL GOMES DE MACEDO), 1259 (JESSE LANE PEREIRA LEITE), 1264 (JOSE CARLOS GALANTI), 1376 (SANDRA MARIA MENEZES CHAVES), 1382 (CLEODON OLIVEIRA COSTA), 1385 (DIRCE ROGERIO), 1388 (VALERIA GOMES MARTINS VILLELA BONILLO), 1390 (ILSON CESAR ALMEIDA DE OLIVEIRA), 1395 (JOSIAS CARNEIRO DE ALMEIDA), 1396 (IGILSO MANOEL DE LIMA), 1403 (CLAUDINEI PEGO DA SILVA), 1405 (CARLOS ANTONIO SILVA).

Dados Gerais

6204 decisões proferidas

1397 custódias realizadas

1397 exames de corpo de delito realizados

1397 flagrantes examinados

1345 denúncias recebidas, sendo

1113 relacionadas ao inquérito 4921 e

232 relacionadas ao inquérito 4922

232 audiências de instrução

719 oitivas de testemunhas de acusação

386 oitivas de testemunhas de defesa

232 interrogatórios

Dados Gerais

255 decisões autorizando medidas de busca e apreensão em mais de 400 endereços.

350 decisões quebras de sigilo bancário/telemático autorizadas resultando em mais de 800 diligências.

81 novas prisões preventivas decretadas

660 decisões de renovação de prisões preventivas

1469 decisões de liberdades provisórias mediante a imposição de medidas cautelares

30 réus foram condenados pelos crimes mais graves

38 Acordos de Não Persecução Penal homologados

Previsão de Julgamento das Ações Penais em 2024

Serão julgadas 146 ações penais nas próximas sessões virtuais:

Sessão Virtual de 02 a 09 de fevereiro:15 APs

Sessão Virtual de 09 a 21 de fevereiro:15 APs

Sessão Virtual de 16 a 23 de fevereiro:15 APs

Sessão Virtual de 23 a 01 de março:15 APs

Sessão Virtual de 01 a 08 de março:15 APs

Sessão Virtual de 08 a 15 de março:15 APs

Sessão Virtual de 15 a 22 de março:15 APs

Sessão Virtual de 22 a 01 de abril:15 APs

Sessão Virtual de 05 a 12 de abril:15 APs

Sessão Virtual de 12 a 19 de abril:11 APs

COMPOSIÇÃO DO GABINETE

CHEFE DE GABINETE

Cristina Yukiko Kusahara Gomes

JUÍZES AUXILIARES

Larissa Almeida Nascimento, Leonardo Araújo de Miranda Fernandes, Marco Antonio Martin Vargas, Rodrigo Pessoa Pereira da Silva.

ASSESSORES E ANALISTAS

Amanda Carvalho Luz Marra Ferreira, Ana Paula Vilela de Pádua, Bruno Alexandre Rabelo de Moraes, Christina Amaral Martins, Carlos Magno da Silva, Cristiani Ortegal Cantuária, Daniel Coussirat de Azevedo, Eloi Ricardo Reffatti, Emanuelle Mariana Almeida Nascimento, Francisco de Assis Sancho de Sousa, Jefferson Pessoa da Silva, José Augusto Tomé Borges, José Carlos de Siqueira Vidal, José dos Santos Carvalho Filho, Lemuell Roni da Silva Sousa, Lilian Borges Pereira, Livila Suzane Rodrigues Mota, Priscilla Costa Cabral, Vanessa Bicalho Borges, Vanessa das Chagas Cortes, Vinicius Brandão de Queiroz, Vinicius José Polli, Wellington Macedo.

COLABORADORES

Alex Braga Freitas de Souza, Caio Ribeiro Sousa, Gabriel Marciano da Costa, Higor Dias Reis dos Santos, Inocêncio Sebastião da Silva Filho, Josiária Gomes Mota, Lucas Souza do Nascimento, Maurílio da Silveira Alvim, Max Welson da Silva Temístocles, Naiane Mendes Borges, Rebeca de Oliveira Nascimento, Rodrigo Moura Rebouças, Tatiane Sousa Dias.

ESTAGIÁRIOS

Ana Beatriz de Souza Veigas da Silva, Beatriz Batista Monlevade, João Henrique de Sousa e Silva Aleixo, Letícia Rejane Duda Moreira, Natália Evangelista Costa, Rafael Foschetti Meireles, Vitor Matias Lorrrosa.